

**ATA DA DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SETIMA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE 23.04.2018**

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores, Rua Hermann August Lepper, 1100 –
5 Saguauçu realizou-se a ducentésima octogésima sétima Assembléia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville. O Conselheiro Sr. **Orlando Jacob Schneider**, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida a **Eliana Garcia dos Santos Paterno**, Coordenadora da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, fez a leitura da pauta: **1 - EXPEDIENTES: 1.1-** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva – 5';**1.3 -** Aprovação da ata do dia 15.02.2018 e 26.03.2018 – 5';**2 - ORDEM DO DIA:2.1-** Informe sobre a Dengue/Influenza - Nicolli Janaina dos Anjos – 5';**2.2-**Apresentação de Pareceres das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde Comissão de Assuntos Internos (CAI) e Comissão de Orçamento e Finanças(COFIN) – 25';**2.3-**Plano Plurianual(PPA) e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO) do ano de 2019, documentação referente ao Fundo Municipal de Saúde e ao Hospital São José – Secretaria Municipal de Saúde–40';**2.4-**Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – 15'; **2.5-** "Uma Agenda Nacional para transformar o Sistema Único de Saúde"- Conselheiro Douglas –20';Sr. Orlando solicitou aprovação para troca de ordem de Pauta, pois a apresentação do Plano Plurianual (PPA) será extenso, e explicou que ficará da seguinte forma, 2.1 permanece, 2.2 será 2.4, 2.5 será 2.2, o 2.3 permanece e 2.5 será 2.4. As maiorias dos conselheiros presentes aprovaram a pauta. **INFORMES GERAIS: 1-**Ofício/2018/Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) recebido em 27.03.2018, indicando a senhora Kristiane de Castro Dias Duque como representante Titular em substituição a senhora Roni Regina Miquelluzzi, e a senhora Luciana Maria Mazon como representante suplente. **2-**Implantação do Programa Melhor Acolher nas Unidades de Atenção Primária à Saúde. **3-**Semana da Saúde Mental- Gerente **Chana Gresiele Beninca**, Sra. Chana informou que a Secretaria de Saúde estará organizando a partir do dia 14/05/2018 ao dia 18/05/18 a Semana da Saúde Mental, e os CAPS de Joinville estão organizando vários eventos para os usuários e também para os servidores porque na lei prevê cuidando do cuidador também, e convidou todos para a caminhada da luta antimanicomial que acontece todos os anos, com saída na praça central até Associação Catarinense de Ensino (ACE) onde acontecerá também alguns eventos. **4-**Convocação Assembléia Extraordinária (AGE). Dia: 03/05/18 as 18hs30 às 20hs30. Local: Auditório da AMUNESC- Rua: Max Colin, 1843- América. Apresentação e Aprovação da proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde- Comissões de Revisão do Regimento. **INFORMEM DELIBERATIVOS: 1-**Ofício **26/2018/SMS/DAF/GGAF** recebido em 25.01.2018, prestação de contas ARCD, Sr. Orlando sugeriu a votação dos conselheiros para encaminhar para a Comissão de Orçamentos e Finanças – COFIN para analisar, pois a ARCD foi extinta, A maioria dos conselheiros presentes aprovaram. **2-**Ofício **nº055/2018/SMS/DMC/GACAS/Auditoria-** recebido em 04.04.2018, solicitação de Habilitação Hospital-Dia Hub Laser Serviços Médicos Oftalmológicos, **solicitar aprovação de habilitação de 01(um)leito** na modalidade de assistência em regime hospital-dia.Sr. **Douglas Calheiro Machado**, Diretor Executivo da Média e Alta Complexidade da SMS, solicitou aprovação dos conselheiros para habilitação da prestação de serviços na área de oftalmologia da Secretaria da Saúde, para o Sistema Único de Saúde (SUS) da empresa Hub Laser Serviços Médicos Oftalmológicos e

50 informou que para habilitação é necessário a aprovação dos conselheiros. Sr. **Osmar**
Lopes questionou se esta empresa é conveniada ao SUS. O conselheiro Sr. **Cassiano G.**
Ucker, questionou a respeito desta clínica, aonde serão prestados e quais serão os
55 serviços prestados, como vai ser este tipo de prestação. Sr. **Douglas** explicou que no
momento ele não tem em mãos maiores detalhes da empresa, pois quando é feita uma
avaliação mais detalhada é feita na Comissão de Assuntos Internos de uma forma mais
esmiuçada. A habilitação do serviço para o SUS é exigido uma auditoria prévia, se esta
60 auditoria reconhecer que tem condições de ser habilitada normalmente habilita, isto é uma
questão legal que o SUS exige. Sr. **Douglas** enfatizou que esta sendo pedido é uma
habilitação via SUS para uma empresa que vai prestar serviço ao SUS, para que se
possa oferecer a população uma ampliação de oferta que se faz necessária. Sr. **Fabício**
da Rosa, Diretor Executivo e Financeiro da Secretaria da Saúde, explicou que esta sendo
65 solicitado é a habilitação de um leito, não é só um serviço, é um leito e ainda vai passar
por análise, e caso seja aprovado pelo CMS, vai também ter que ser aprovado pelas
Comissões Intergestores Regionais (CIR), que é regional e pela Comissão Intergestores
Bipartite (CIB), mas se necessário for e complementando a fala do Douglas que já teve
70 uma análise prévia de auditoria e a análise é encaminhado para o Ministério da Saúde,
uma sugestão é encaminhar para avaliação da CAI e pediu que a análise seja o mais
breve possível para que seja o quanto antes liberado um leito para os municípios. Sr.
Orlando colocou em votação para quem é favorável encaminhar para avaliação da CAI, a
maioria dos conselheiros presentes aprovaram. 1-EXPEDIENTES: 1.1 Apresentação e
aprovação da pauta do dia, **A pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros**
presentes - 5'; **1.2** Comunicados e Informes da Secretaria Executiva - 10'; **1.3**
Aprovações das atas dos dias 15.02.2018 e 26.03.2018, a maioria dos conselheiros
75 presentes aprovaram. -5'. **2- ORDEM DO DIA: 2.1-2.1** Informe sobre a Dengue/Influenza
- A Sra. **Nicoli Janaína dos Anjos**, Coordenadora da Vigilância Ambiental, iniciou
relatando que infelizmente há 296 focos positivos do aedes aegypti no município de
Joinville registrados neste ano de 2018 e esta situação esta em todo o Brasil. E referente
aos terrenos baldios tem que fazer denuncia via ouvidoria do município, e através do
80 cadastro técnico eles identificam quem é o proprietário e é solicitada a limpeza do terreno,
caso não for limpo é multado. A apresentação consta em anexo. **2.2-Plano Municipal de**
Segurança Alimentar e Nutricional - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e
Nutricional - 15'; Sra **Sandra Ana Czarnobay**, nutricionista, representante da Sociedade
Civil pelo Bom Jesus Ielusc, iniciou informando que irá falar do Plano Municipal de
85 **Segurança Alimentar e Nutricional**, pois entende que saúde sem alimento não existe e
alimento sem saúde não existe, e a Sra. **Edina Acordi**, iniciou relatando que a
caminhada no Brasil começou com Josué de Castro, mapeando o Brasil todo e falando
das deficiências de micronutrientes e da fome no país, de 1940 a 1960 sobre Fome:
questão social e política, e a Ditadura Militar de 1964 a 1984 e o tema Fome era tema
90 proibido, e a redemocratização do Brasil de 1985 a 2002 o Tema Fome volta a ser
debatido e Lançamento do Fome Zero 2003 aos dias atuais, Fome, erradicação é
prioridade do governo federal. A mesma relatou que foi uma árdua construção e todo dia é
construído e a Sociedade Civil tem uma participação importante., a mesma relatou que irá
falar do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e que para ela é uma honra
estar representando e receber este legado, de uma história de lutas e de conquistas de
95 muitos profissionais, a mesma trabalha na Assistência Social, representa o governo no
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e está atualmente como coordenadora,
trabalha na Assistência Social. Esta é uma área diferente dentro da assistência social,
onde estão buscando estruturar ou dar voz a toda esta história de luta e informou que o

100 SISAAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi instituído
nacionalmente e existe nos três componentes e em Joinville temos o Conselho Municipal
de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) , a Câmara Governamental
Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN que discute estas
políticas , Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e
105 COMSEAN emana muitas diretrizes e muitas situações para esta a Câmara
Governamental Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional –CAISAN, câmara
onde ela discute e articula, e a maior riqueza desta política pública é a magia que ela
tem de mediação e articulação. Sra. **Sandra** relatou que todos têm direito ao alimento e
em Joinville tem dois restaurantes populares, graças ao COMSEAN e a comunidade, com
excelente alimentação saudável, e é pago somente cinco reais, e a marmita é seis reais, a
110 mesma relatou que todos têm direito à saúde e a alimentação e informou que todas as
últimas quinta-feira do mês entre 08:30 e as 10:00 horas estão na casa dos Conselho e
estendeu o convite a todos para participarem. Apresentação em anexo.
Questionamentos, O conselheiro Sr. **Gentil Coradelli**, parabenizou a apresentação e
falou sobre o projeto de horta alimentar modelo na Univille de alimentos nutracêuticos ,
115 que podem tratar e prevenir doenças, o mesmo relatou a importância de uma alimentação
saudável para a saúde e conseqüentemente para prevenir doenças, e informou que já
deu palestras e se colocou a disposição. Sr. **Douglas** relatou que ouvindo a palestra e
observando o que foi feito com a Secretaria da Saúde juntamente com a Secretaria de
Esportes no projeto mexa-se mais, foi visto claramente e o próprio Secretário da Saúde
120 manifestou em público a preocupação, pois eles falam muito de médicos, remédios, Posto
de Saúde, Pronto Atendimento, hospital, internação e acabam esquecendo duas coisas
importantes, que é atividade física, que agora com a parceria da secretária de Esportes
estão fazendo o máximo para que divulgue, popularize resgate esta preocupação com
atividades físicas porque não existe saúde sem atividade física e também sem alimento, e
125 o mesmo relatou que não dá para pensar em saúde sem pensar em obesidade, pois ela
traz várias doenças, tem que ter uma preocupação com a alimentação, o CMS tem que
juntamente com o COMSEAN formas de se aproximar e se fortalecer. Sr. **Orlando**
estendeu o convite para elas participarem das Assembléias também e mencionou que o
CMS deverá se aproximar mais do COMSEAN. Sr. **Gentil** relatou que infelizmente
130 comemos nos alimentos cerca de cinco a seis quilos de venenos, entre corantes,
conservantes e agrotóxicos , agrotóxicos é proibido em outros países, e aqui é jogado de
avião e o mesmo é causador de câncer. Sr. **Orlando** deu continuidade à pauta 2.3 - 2.3-
Plano Plurianual (PPA) e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano de
2019, documentação referente ao Fundo Municipal de Saúde e ao Hospital São José –
135 Secretaria Municipal de Saúde. Sra. **Janaina Ferreira Teixeira**, gerente administrativo e
financeiro do Hospital São José e da Secretaria Municipal de Saúde, iniciou mencionando
que é um prazer estar apresentando o PPA e LOA, pois está apresentando o trabalho que
tem feito todos os dias com muito zelo na aplicação dos recursos públicos destinados a
saúde, e relatou que há duas semanas o CISA NORDESTE trouxe representantes do
140 Ministério da Saúde a fim de fazer um consórcio para implantação de cursos aplicados em
gestão de custos e estes cursos seriam para os UPAS e Pronto Atendimento, já tem um
programa montado que ajuda todo o município a fazer gestão do custo, ajudando tanto o
Prefeito, quanto o Secretário de Saúde direcionar melhor os recursos que são destinados
a saúde, e como piloto eles se interessaram muito em um trabalho que eles já têm que é
145 de gestão de custos e é uma base de dados que hoje consegue verificar o custo de uma
Unidade Básica de Saúde e conseqüentemente verificar aonde esta aplicando e onde
pode rever o gasto e aplicar de forma mais efetiva ao municípe que é o carro chefe, o

objetivo é propor saúde todos os dias esta é a missão e a visão. O objetivo é trabalhar com gestão de custos, a Secretaria de Saúde tem investido muito no planejamento estratégico tanto na visão de trabalhar por gestão de processo, gestão de pessoas e gestão de custos. O município de Joinville vai ser piloto na parte da Atenção Primária por conta deste banco de dados que já tem e está bastante avançado, vão ser apresentado algumas alterações do PPA e da LOA, pois o plano completo já foi enviado para o CMS e irão falar um pouco dos novos blocos de financiamentos. Sra. **Janaina** deu a palavra a **Anna Flavia Bittencourt Augusto**, coordenadora da área Orçamentária e de Custos, a mesma iniciou relatando que o Ministério Público na reunião CISNORDESTE, a qual estava presente, fez a proposta para todos os municípios de implantarem a gestão de custos através do sistema que o próprio ministério vai oferecer e também vai oferecer uma capacitação para poder mexer neste sistema pros P.A e para os Hospitais, ambos já tem os dados e em questão do projeto que estão como conceito da atenção Básica da região vai ser o primeiro município a ter estes dados, mas hoje todo dia quinze do mês é disponibilizado umas planilhas de custos pros gestores desde o Secretário até os coordenadores acessam a estas planilhas para poderem usá-la como forma de tomada de decisão, esta planilha tem dados que vai desde folha de pagamento, o valor que é gasto com a energia elétrica, água, todos os custos da unidade estão sendo colocados na planilha, e a vinda do Ministério para oferecer este sistema vai ajudar a automatizar este processo, e conseqüentemente terão informações mais rápidas e fidedignas. Sra. **Jéssica Rodrigues de Castilhos**, coordenadora financeira da Secretaria da Saúde tanto do fundo municipal, como também do Hospital São José, iniciou apresentando o Novo Bloco de Financiamento pela união 2017 foi implantado pela Portaria nº 3.992, de 28/12/2017 alterou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de 28/09/2017, que contemplava o conteúdo da portaria nº 204/2007, acerca do financiamento e da transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde. Principal alteração: Forma de repasse financeiro para Secretaria da Saúde. Apresentação em anexo. Sra. **Anna Flávia**, deu continuidade e apresentou sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, que é a elaboração dela e o PPA que é revisão, esta documentação foi solicitada pela Secretária de Administração e Planejamento, que a secretaria que consolida os orçamentos do município, e todas as secretarias devem encaminhar informações orçamentárias para esta secretaria a fim de que ela junte toda documentação, o prazo de entrega é até 10.05.2018, por este motivo estiveram apresentando naquele dia para os conselheiros. Apresentação em anexo. Sra. **Janaina** complementou explicando que a gestão de custos é para dar equilíbrio porque no final esta balança não pode desequilibrar tem que ter um equilíbrio da receita e da despesa, para quem esta prevendo e para o que vai executar. Sra. **Anna** deu continuidade explicando que a receita é fixada, não pode ultrapassar o que foi previsto e a receita ela é prevista porque se receber receita a mais pode suplementar o orçamento, caso contrário tem que seguir com o orçamento que foi previsto no ano anterior através da LOA. Sobre o PPA – Plano Plurianual – que é um Conjunto das **políticas públicas** do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. Apresentação em anexo. **Questionamentos**, A conselheira Sra. **Suzana**, questionou sobre o que é feito com os saldos das contas passadas após liquidar os restos a pagar, questionou também sobre aonde serão lançadas as emendas parlamentares e também na segunda ação que foi passada o objetivo para 2019 é ter cinquenta e três unidades com alvará sanitário, se em 2018 teve trinta unidades de cinquenta e sete revitalizada com alvará sanitário, a mesma não entendeu os cinquenta e três por cento. Sra. **Janaina** explicou que com relação às metas pros alvarás, são metas que é para superar, quando é feito uma projeção e uma

200 programação é intuito deste plano de governo e fala em nome tanto do secretário como do diretor e em nome da atenção básica há um intuito grande de que se consiga revitalizar e já entregar o alvará, e isto não é tão simples porque requer um recurso estimado e programado, E foi feito uma busca de recursos em Brasília na casa de sete milhões e meio e isto também vai proporcionar uma revitalização em algumas unidades significativas, e que inclusive pode fazer ultrapassar estes cinquenta e três por cento esperados. A mesma explicou que é colocada meta para que seja cumprida, não para que seja esquecida. Sr. **Fabricio** explicou que o indicador de cinquenta e três por cento fala de todas as unidades de Saúde que são oitenta e cinco casas, em toda Secretaria da Saúde, o que a Sra. Suzana tinha se referido era somente à atenção básica e a meta é para todas as Unidades de Saúde. Sr **Fabricio** explicou que em relação aos restos, que não tem recursos financeiros a ser destinados, por isso que ficou em resto, ele é proveniente de recursos que vão entrar, e os recursos que estão entrando e vão entrar irão obedecer a nova portaria do ministério referente ao financiamento da saúde pública, automaticamente tudo o que virou em resto a pagar em dezembro de 2017 vai entrar tudo na mesma ordem cronológica e os recursos que estava em contas antes da portaria do ministério poderá ser utilizado na portaria anterior como também poderá ser utilizado na nova portaria. No ato é somente pela transferência financeira, se transferir o dinheiro para nova conta ele obedecerá à nova portaria, caso contrário obedece à portaria anterior. Sr. **Fabricio** informou que referente à emenda parlamentares, a dois tipos de emendas, aquelas que são para custeio do incremento no piso do PAB, como o PAPI entra para custeio, emendas de incremento no PAPI e no MAC, estas emendas entram para custeio também, e quanto for emenda MAC, média e alta complexidade e o PAB é piso atenção básica, e as emendas que são exclusiva para um fim, que seja obra, equipamento, entra no investimento, Exemplo se um deputado repassar um recurso de emenda para construção de uma Unidade Básica de saúde específica, igual o caso do Bakitas, vai ter uma portaria do Ministério da Saúde com este fim, sendo assim terá um depósito de investimento específico para este fim e irá entrar no Bloco de Investimento. A conselheira Sra. **Luciana Maria Mazon**, do IFSC- solicitou esclarecimento referente aos cento e trinta e quatro milhões para atenção básica e porque duzentos e vinte e nove milhões para média e alta complexidade, sendo que a responsabilidade do custeio investimento da média e alta complexidade não compete ao município e sim ao estado e ao governo federal e tem do fundo municipal de saúde o investimento para média e alta complexidade que é o dobro do valor da atenção básica, e questionou também sobre a mudança dos Blocos de Investimentos e questionou se pode haver um comprometimento ao longo do tempo de uma destinação maior a média e alta e incremento a Atenção Básica, já que sabem que custa muito mais a média e alta complexidade. Sra. **Janaina** explicou que a política de saúde pública, elas devem girar em torno da prevenção da saúde, e concorda que deveria estar investindo ainda mais na Atenção Primária, na Atenção Básica, ao longo do tempo a média e alta complexidade abriu sim uma porta de atendimento, e olhando pros custos exclusivamente de uma área para outra, é uma folha de pagamento muito alta, a mesma afirmou que estão trabalhando sim com saúde pública para que isto se inverta, mas no momento não tem como fazer uma programação orçamentária pensando em uma diminuição drástica já, sendo que outros entes que deveriam estar passando o repasse, também não estão cumprindo com suas obrigações, sendo assim o município não tem como se ausentar de algo que já estava prestando e simplesmente deixar fora do seu planejamento, gradativamente estão trabalhando para que seja realmente invertido, mas no momento não se pode simplesmente cancelar a utilização de alguns medicamentos que estão na rede e que não são previstos dentro do elenco SUS, a

mesma não pode simplesmente tirar o que a população já conquistou de certa forma, da
mesma forma também não pode tirar os tratamentos especiais que é oferecido no hospital
São José para tratamento de AVC e que é o município que cobre estes custos que ainda
esta em estudo para que se consiga receber algo. Sendo assim é um benefício que a
250 população de Joinville já alcançou e que sim o gestor chamou isto pra si e colocou na sua
LOA e no seu PPA para que o municípe não saísse prejudicado. Sr. **Gentil**, iniciou
parabenizando a apresentação e questionou quais são os dez por cento dos matérias
que foram repostos, e quais são estes materiais, e qual é o valor e se no valor também
estão incluído folhas de pagamentos. Sr. **Douglas** iniciou parabenizando a apresentação
255 e falou que teve uma aula de contábil financeira, o mesmo falou da transparência da
gestão e a importância do CMS, O mesmo relatou que esteve em Brasília e falou com
orgulho que o CMS é uma escola mensalmente frente a centenas de conselhos
espalhados para este Brasil, porque estamos falando de uma gestão transparente que
mostra o que faz. O mesmo questionou a gestão sobre qual a melhor forma de trabalho, a
260 atual, ou antes, de uma forma mais centralizada. Sra. **Janaina** explicou que o cuidado é o
mesmo, a Política Pública de Saúde é que devem ser mais bem pensadas no início no
PPA e na LOA, sempre que tiver que redirecionar qualquer recurso tem que passar pelo
CMS, ou seja, não é de livre demanda do gestor, existe um plano que já foi aprovado e
para fazer uma alteração tem que passar pela aprovação dos conselheiros novamente. A
265 mesma acredita que para a gestão internamente tem que ter planilhas muito rigorosas de
controle, para execução de todos os programas e tudo o que estão sendo pensados. No
controle orçamentário o que diferencia é que não precisam mais tirar sessenta e duas
contas e sessenta e dois saldos diariamente, se preocupando efetivamente de centavos a
centavos com cada uma das propostas tanto do recebimento das receitas quanto da
270 execução. Sra. **Anna Flavia** explicou ao Sr. **Gentil** que em questão a renovação de
equipamentos dez por cento que esta sendo previsto pro plano 2019, para equipamentos
da vigilância ,e imagina a maioria deles sendo computadores, visto que estão com um
processo em andamento que será lançado no início de maio, conforme já relatou a
maioria será computadores e outros equipamentos conforme a necessidade de
275 renovação, e quanto a folha de pagamento esta sim incluso, tanto no Hospital São José
como na Secretaria de Saúde e no Fundo , pois estão abrindo novas ações dentro das
sub funções para poder controlar a folha e executar despesas nelas. Sr. **Fabricio**
respondeu ao Sr. **Douglas** que a questão do novo financiamento pro gestor e pra quem
esta fazendo o pagamento em nível de recurso público facilitou bastante a questão de
280 pagamento. A autonomia de realizar os pagamentos, respeitando a questão custeio e
investimento e informou aos conselheiros presentes a necessidade e a importância do
trabalho de custos, e os conselheiros que são dos conselhos locais podem cobrar de suas
coordenadoras regionais a questão dos custos de sua Unidade Básica de Saúde, e com
isto, vocês poderiam trabalhar na comunidade com a questão do absenteísmo e a
285 questão do custo, encerrou parabenizando a apresentação e falou também da forma
transparente que há dois anos foi iniciado a apresentação da LDO, da PPA e da LOA e o
mesmo relatou que foi informado que anteriormente não era apresentado, evolui muito a
parte da transparência e mesmo assim para dar esclarecimento de qualquer recurso
aplicado na saúde do município. O conselheiro Sr. **José Martins** questionou sobre a
290 comunicação social do Hospital São José, e mencionou que os números são
apresentados de forma explicativa. Sr. **Orlando** parabenizou a apresentação e informou
que todos os números mencionados estão no portal da transparência para qualquer
pessoa pesquisar e o conselho pactua disto e agora os gastos estão bem especificados,
os gastos da Atenção Básica estão todos bem transparentes e tem que inverter estes

295 duzentos e cinqüenta milhões que é da alta e média complexidade tem que inverter para
duzentos e cinqüenta milhões na Atenção Básica e cento e trinta milhões na media e alta
complexidade ai estará bem. Sra. **Janaina**, explicou ao Sr. Martins que não trabalha
acertando números, mas com precisão, prestando contas daquilo que foi realizado. Sr.
Fabício, explicou que em relação à comunicação, toda publicidade em nível de ações do
300 governo ele não esta no orçamento do fundo municipal de saúde nem no hospital, está
totalmente vinculada com a secretaria da comunicação, estes valores de comunicação
oficial são as publicações no site, no diário oficial da união, do Estado e um jornal de
circulação no município em nível da publicidade das licitações e dos contratos, tanto na
questão do fundo, que também tem outro valor maior que esse do hospital e é esse o
305 valor do hospital, Sr. **Fabício** enfatizou também que a contabilidade não é uma ciência
exata, é uma ciência social, que todos os números mencionados foram norteados com o
Plano Municipal de Saúde para poder cumprir com todos as metas e indicadores
aprovados desta casa e foi uma discussão em conjunto, houve um consenso juntamente
com o Plano Municipal de Saúde. **A maioria dos conselheiros presentes aprovaram a**
310 **apresentação acima mencionada. 2.5- "Uma Agenda Nacional para transformar o**
Sistema Único de Saúde (SUS)" – Conselheiro **Sr. Douglas**, iniciou relatando que no dia
dez de abril aconteceu o primeiro fórum Brasil Agenda saúde para propor um novo
sistema de saúde, resumindo seria um novo SUS, uma nova formatação do Sistema
Único de Saúde, isto foi proposto pela Federação Brasileira de Saúde, que somente teve
315 participação de deputados federais e senadores, não tinha oficialmente ninguém
representando o ministério, mas foi mais uma pedra na proposta da desarticulação do
SUS, e infelizmente no Brasil os Conselhos Municipais de Saúde não são tão atuante
como em Joinville, e o SUS abrange todo o Brasil, em relação a isto a preocupação é que
em cada passo, vemos forças contrarias ao SUS e foi um processo árduo de ser
320 construído, e foi um grande avanço na constituição em 05 de outubro de 1988 e até hoje
houve muitas resistências em relação ao serviço privado e quanto mais o SUS se
organiza e apresenta resultados, mas ele é alvo de enfretamento para destruí-lo. Em 2016
no Plenarinho da Câmara de Vereadores em Joinville, houve uma audiência publica
contra, mais infelizmente não houve resultado, a emenda constitucional 95, que diz que a
325 partir de 2016 até 2036, isto em vinte anos os recursos para área social e alem de outras
áreas esta congelado, e não da para falar em congelamento em uma área que por mais
que invista sempre faltarão recursos, infelizmente falta gestão em muitos lugares, mas é
necessário o recurso financeiro e foi dado entrada em uma ação direta de
inconstitucionalidade no supremo tribunal Federal para tentar derrubar a emenda
330 constitucional 95, mais uma forma de fragilizar o SUS. O mesmo informou a importância
de se preocupar a nível nacional com o SUS, por isso foi feito um abaixo assinado com
setenta mil assinaturas para que a emenda constitucional 95 fosse revogada pelo
supremo Tribunal Federal e isto está nas mãos da ministra Rosa Weber, foi entregue no
335 dia 10 de abril de 2018, é necessário mostrar que o CMS de Joinville é contra esta
reforma. A proposta da saúde é de ficar com a Média e Alta complexidade, aonde esta o
melhor do SUS e é lá que do dinheiro. O mesmo relatou que a conselheira Sra. Ana Maria
Vavassori entregou uma **MOÇÃO DE REPÚDIO** à proposta apresentada no dia 10 de
abril de 2018 em Brasília, no "1º Fórum Brasil - Agenda Saúde: a ousadia de propor um
Novo Sistema de Saúde", organizado pela Federação Brasileira de Planos de Saúde a
340 mesa Diretoria do CMS, o mesmo fez a leitura da Moção de Repúdio e foi feito a proposta
de retirar o nome dos deputados, pois não é somente um ou dois deputados que estão
envolvidos nesta desconstrução do SUS que é do Brasil inteiro, e envolve vários partidos
e vários estados. Moção de repudio em anexo. E sugeriu a aprovação ou não a proposta

345 da Moção de repúdio. Foi proposto encaminhar a moção de repúdio a todos os deputados
e senadores de Santa Catarina independente do partido e da região. Sr. **Orlando**
informou que deveria encaminhar a copia da Moção de Repúdio também a todos os
350 candidatos a Presidência da Republica e entregar em mãos juntamente com conselheiros
e mídia ao presidente da Agemed. O conselheiro Sr. **Nelson A. Cunha**, relatou que o
intuído deles é estar atrás do dinheiro do SUS, se for feito um levantamento do gasto do
355 SUS em termo do Brasil passa de quatrocentos bilhões, tem países que a arrecadação
deles não chega a isto, o exemplo de Cuba, o que eles tem interesse é no dinheiro do
SUS. A conselheira Sra. Francisca informou que eles falam que o SUS esta quebrado,
mas a realidade é outra, eles estão destruindo o SUS, não se pode regredir, tem que
360 avançar. O conselheiro Sr. **Edilson Alves Da Silva**, relatou que ele leu que eles querem
formar um conselho paralelo para trabalhar juntamente com o conselho nacional de saúde
que já existe, e o mesmo relatou que este conselho paralelo vai ser formado somente por
ricos e para os conselheiros usuários que são a população, que para eles são
365 considerados pobres não terão voz e nem vez lá, irão somente ser usados de fantoche
para enriquecer eles. O mesmo relatou que os Deputados e senadores de Santa Catarina
têm que ter moral, porque o mesmo relatou que viu uma noticia na televisão de certo
deputada aqui de Santa Catarina que está condenado e está preso na Papuda e ainda
esta recebendo salário de Brasília, salário de parlamentar. Não podemos deixar ninguém
370 brincar com o dinheiro do SUS, pois o SUS é nosso. Sr. **Orlando** questionou quem é
favorável a aprovação da moção e as propostas acima mencionadas. **A maioria dos**
conselheiros presentes a esta reunião aprovaram. O mesmo enfatizou a importância
de levar a copia da moção de repudio ao presidente da Agemed e convidou a todos os
conselheiros e população e mostrar a eles que não estão para brincadeira, O mesmo
375 relatou que a próxima Assembléia Geral Extraordinária é dia 03.05.18 referente ao novo
Regimento do CMS, na Amunesc e dia 28.05.18 Assembléia Geral Ordinária no
Plenarinho. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, Sr. Orlando
Jacob Schneider, deu por encerrada a ducentésima octogésima sétima Assembléia Geral
Ordinária do Conselho Municipal de Saúde e Joinville, às vinte horas e quarenta minutos,
da qual eu, Eliane Leite Stoff, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram
380 presentes os conselheiros: **Douglas Calheiros Machado, Edilaine Pacheco Pasquali,**
Janaina Ferreira Teixeira, Alan Regis Ramos da Silva, Neide Poffo, Kristiane de
Castro Dias Duque, Luciana Maria Mazon, Marilei Ferreira, Renata Rodrigues Braga,
Camila Silva Pena, Luciano Henrique Pinto, Julio Cesar Cassé da Silva, Luciane B.
Moreira de Camargo, Scarlet Murara, Cassiano G. Ucker, Tanise Balvedi Damas,
Eliana Maria K. Quintino, Ana Claudia Frantz, Marco Antonio Santos Schettert,
Rosilda Verissimo Silva, Alzira Martins, Jonny Cesar Souza, Zelma Reichert Maria,
Rita Paloma Aizic Soares, Adilson Da Silva, Manoel Costa da Rosa, Rozilene Ap.
Amaral Ramos, Luciane A. Dorneles Grams, Fatima Jorge Baeza, Edilson Alves da
Silva, Gentil Coradelli, Orandí Garcia Bueno, Carmen Dalfovo Kohler, Silvia Moreira
da Silva, Neila Pereira da Silva, Orlando Jacob Schneider, Francisca do Nascimento
Schardeng, Gilberto Capistrano, Isaias de Pinho, Susana Staats, Adelina Dognini,
Vilson Freitas Junior. Estiveram presentes no total 44 conselheiros e 75 convidados
totalizando 119 participantes.